

Temporalidade, individualidade e ordem social

Maria Helena Oliva-Augusto

O argumento a ser desenvolvido privilegia a noção de **indivíduo**, categoria que também ocupa lugar central no conjunto de valores que sustentam a sociedade moderna, e busca avaliar como a ocorrência das mudanças incidem, atualmente, sobre a própria concepção do que é ser indivíduo e sobre os critérios que delimitam e/ou caracterizam os processos através dos quais a **individualização** ocorre.

Em análise anterior, foi possível constatar que, durante este século, alterações qualitativas na vivência e percepção que as pessoas têm (passaram a ter) da própria subjetividade¹ coincidiram, em momentos diferentes, com a atribuição de distintos conteúdos e significados a essa noção.

Tendo como fio condutor as análises que procuram discutir como se dão, hoje, as relações que as pessoas mantêm com o seu tempo, procurar-se-á examinar os vínculos entre **temporalidade, individualidade e ordem social**, acentuando, principalmente, as diferenças existentes entre uma vivência orientada pela perspectiva do futuro, característica da modernidade, e outra que, centrada no momento presente, indicaria o nascimento de uma nova ordem social. No desenvolvimento dessa comparação, será discutida a validade da hipótese que também aponta para a emergência de um novo tempo social dominante e, no mesmo movimento, de novas formas de manifestação da

individualidade, elementos que caracterizariam o surgimento dessa nova ordem.

Trabalho e tempo(s) social(is)

O tempo social dominante de uma sociedade é o tempo no qual ela cumpre os atos necessários para produzir os elementos que possibilitam sua sobrevivência, processo através do qual cria, manifesta, realiza e atualiza seus valores fundamentais.

Desse modo, os procedimentos envolvidos na produção e reprodução da vida qualificam aqueles que os utilizam, a sociedade em que vigoram e as relações sociais que desencadeiam. Nesse sentido, em cada tipo de coletividade, e em todos os níveis, a forma como se opera a satisfação das necessidades de sobrevivência, a criação de novas necessidades, a transmissão à descendência do **modo adequado de ser e da maneira desejável de agir** constitui **modos de vida**, atribui significados, faz nascer valores que passam a ser compartilhados.²

¹ Cf., de M. H. Oliva-Augusto, *O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte*. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, S. Paulo. 6(1-2): 91-105, 1994 (editado em jun. 1995).

² Tema já desenvolvido, explicitamente, por Marx e Engels em **A Ideologia Alemã**, quando afirmam: *Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles.* (Marx e Engels, 1977: 27) (1º grifo, no original; 2º grifo, MHOA).

Nos lugares onde o processo de produção das condições de sobrevivência acompanha, mais ou menos, os ritmos da natureza, como ainda ocorre em comunidades agrícolas ou em pequenas cidades distantes, a vida flui mais lenta, habitual e regular, do que nas grandes metrópoles onde a luta pela vida é mais acirrada e intensa, os movimentos são mais acelerados, a troca de impressões e a comunicação são rápidas e ininterruptas. (Simmel, 1986:247-8)

Assim, a forma pela qual uma dada sociedade garante a manutenção da vida interfere sobre o seu ritmo temporal e indica qual é o seu tempo predominante. Este expressa, portanto, seu modo de produzir, as regras que organizam essa produção e as principais atividades que esta exige, e, dessa maneira, manifesta uma ordem social específica. As atividades que são secundárias para a definição dessa ordem se articulam em torno daquela que lhe é central; o mesmo ocorre com os tempos sociais em que essas atividades se desenvolvem: articulam-se em torno do tempo social dominante e estão submetidos a ele.

No decorrer da História, variadas formas de percepção e vivência da temporalidade têm emergido, expressando a dominância, em cada conjuntura, de tempo(s) social(is) distinto(s). A alternância do(s) tempo(s) social(is) dominante(s) tanto expressa a existência de diferentes formas de organização da vida social como também explicita a presença e a predominância, em momentos históricos diversos, de valores e significados também distintos.³

O trabalho é um valor fundante da ordem social moderna. As diferentes teorias sociais que a tomam como objeto de análise, tanto as clássicas como as mais contemporâneas, qualificam-na de “sociedade do trabalho”, reconhecendo na categoria trabalho

sua dinâmica central. O tempo social nela dominante é o tempo do trabalho-regular, homogêneo, contínuo, exterior, coercitivo, linear e abstrato. Qualquer um dos outros tempos sociais existentes, referentes a atividades também valorizadas, ainda que não preponderantes, é penetrado por essas características, que adquirem a conotação de identificadoras do tempo. Homens e instituições lhe estão submetidos, fazendo com que a própria definição de ser social -individual e coletivo- sofra a mediação dos conceitos de trabalho e tempo de trabalho.

Entretanto, o trabalho vem sendo questionado como valor central da vida, no momento contemporâneo, entre outros motivos, pelas profundas transformações na organização da produção, decorrentes das inovações tecnológicas, do aumento da produtividade e das alterações nas formas de utilização do trabalho humano. Sustenta-se que a ordem social vigente não é mais (ou está rapidamente deixando de ser) moldada pelo fato do trabalho, tanto objetiva como subjetivamente.⁴ De um lado, verifica-se uma progressiva diminuição da necessidade de incorporação de trabalhadores às atividades produtivas. De outro, quando comparado a outras esferas da vida, parece estar ocorrendo um movimento de perda do lugar central do trabalho, diminuindo sua relevância. O trabalho, antes indicador da dimensão moral e da respeitabilidade das pessoas, estaria adquirindo uma dimensão marginal em suas biografias.

Certamente, não apenas o trabalho tem visto diminuída sua importância. Outros valores e significados da modernidade também têm tido sua influência minimizada, situação ressaltada por várias perspectivas que buscam analisar o momento contemporâneo e que se referem a uma profunda mudança em processo nas formas de sociabilidade. Algumas delas, aliás, refletindo

³ A discussão da relação entre tempo dominante e outros tempos sociais, bem como sobre a alteração, em processo, da sociedade de trabalho deve muito à discussão desenvolvida por Roger SUE, em *Temps et Ordre Social*; Paris: PUF, 1994. Baseio-me em seus argumentos para a apresentação dessas questões.

⁴ A discussão sobre a centralidade ou não do trabalho como referência fundamental da vida tem sido feita por vários autores. Entretanto, a contribuição de Claus OFFE, para a difusão desse questionamento, deve ser ressaltada. Cf., desse autor, *Trabalho, a categoria-chave da Sociologia*, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais/RBCS*, n.º 10, vol. 4 (5-20), Rio de Janeiro: ANPOCS, junho de 1989. Publicado, em inglês, em *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of works and politics*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

sobre mudanças que consideram de grande significação, têm apontado que o momento presente está fazendo emergir um novo modo de ser social.

A percepção de desestruturação, de desordem, de ininteligibilidade, de caos, manifesta tanto na vivência desse novo tempo quanto na tentativa de interpretação levada a efeito pela teoria social, seria resultante do descompasso e da distância existentes entre o tempo social representado (porque, na representação social, o tempo do trabalho continuaria sendo o tempo social dominante) e o tempo social realmente vivido.

Desse modo, a crise emergente estaria ligada ao fim da percepção da categoria **trabalho** como dimensão qualificadora da sociedade, e do tempo a ele referente, como tempo dominante. (Sue, 1994:298) Estaria havendo a transição para um novo conjunto de significados, processo que culminaria com a emergência de um novo tempo social dominante, ainda não plenamente configurado. Julga-se que, quando esse movimento se completar, a percepção de desestruturação e de perda/ausência de valores que sua vivência propicia será superada. Da mesma forma, espera-se que, com o advento de uma nova ordem social, de contornos ainda não claramente perceptíveis, desaparecerá a impressão de se estar atravessando um momento de explosão da ordem social vigente.

A noção de tempo, tal como o conhecemos hoje, só se concretizou quando, além da percepção de um “ontem”, referente ao passado, e de um “hoje”, relativo ao presente, tornou-se possível pensar a emergência de um “amanhã” que pudesse, realmente, representar uma alternativa futura ao que existia. A forma com que nos habituamos a perceber o mundo e nele viver tornou-se vigente somente quando, em termos sociais, surgiu a possibilidade efetiva de apreensão dessa tripla dimensão temporal.⁵

Assim, entre os elementos qualificadores da vida moderna, e substituindo um processo cíclico, estaria o surgimento de um tempo tri-dimensional, marcado pela distinção entre passado, presente e futuro, o presente sendo o momento no qual, amparada pela *experiência* do passado e lançando mão da *razão*, a humanidade *projetaria o seu futuro*. A emergência da possibilidade de uma *consciência histórica*, de uma visão histórica do (e no) mundo estaria, portanto, vinculada ao surgimento dessa forma de percepção temporal.

Mais importante ainda, a própria idéia de *progresso*, a crença no controle racional dos processos sociais, através do planejamento, ou na construção de um *projeto*, coletivo ou individual, só passaram a atuar na orientação das condutas humanas a partir do momento em que o futuro passou a ser prefigurado, almejado, buscado. Dessa forma, a emergência da sociedade moderna, bem como os valores que a têm sustentado/sustentaram, vincularam-se(am-se) à crença na possibilidade de um futuro visualizado no presente, e a partir deste construído, de um futuro pressentido como abertura, de um possível que poderia ser configurado pela ação humana.⁶

Entretanto, a memória histórica já não está viva.⁷ A intensificação crescente do rit-

⁵ No original: *Un pressentiment de l'avenir comme d'une ouverture, d'un possible que l'homme pourrait façonner, commençait à se faire jour*. Cf. Helga Novotny, **Le temps à soi: genèse et structuration d'un sentiment du temps**. Paris: Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1992, p. 14.

⁷ A expressão original é “A memória histórica já não estava viva”, utilizada por Eric HOBBSAWM ao referir-se à presença, na Bósnia, de François Mitterrand, então presidente da França, no dia 28 de junho de 1992. O autor acentua que o dia escolhido para essa visita não foi aleatório; de fato, dizia respeito à demarcação de uma outra data, 28 de junho de 1914, quando foi assassinado, em Serajevo, o arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria-Hungria, fato desencadeador da 1ª. Guerra Mundial. Entretanto, afirma ele, excetuando-se, talvez, os historiadores e alguns poucos que viveram o período, essa relação não foi estabelecida e tampouco foi percebido aquilo que o presidente francês queria trazer à tona: como aquele assassinato, a guerra da Bósnia poderia também ter trágicas conseqüências. Em **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Traduzido do original *Age of extremes: the short twentieth century: 1914/1991*, publicado pela Pantheon Books, em 1994.

⁵ Agnes Heller afirma que “*De Hobbes a Rousseau, o passado da humanidade transforma-se (...) em história. Depois da Revolução Francesa, o próprio presente - em figuras tão importantes como Hegel e Balzac - se transforma também em história. Finalmente, com Marx e a negação da sociedade burguesa, é o próprio futuro que surge como história.*” Cf., dessa autora, **O Homem do Renascimento**. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p.9.

mo temporal, característica do mundo contemporâneo, torna cada vez menos falsa a consideração de que “já não se tem memória do passado e está cada vez mais distante a possibilidade de um futuro”. A rigor, o esforço para manter-se em dia com o seu próprio tempo provoca, nas pessoas, o afastamento dos padrões significativos do passado, sem que suas próprias referências de valor se enraizem; com isso, as perspectivas de um (possível) futuro ficam também obscurecidas.

As transformações se processam num ritmo tão acelerado que a experiência do passado já não garante a base para atuação no presente: é notável a rapidez com que ocorre a obsolescência das formas de fazer, de agir e/ou de pensar.⁸ A novidade que essa dinâmica provoca, aliada, de um lado, ao questionamento, sufocamento ou esmaecimento das crenças utópicas, e, de outro, à iminência de uma possível destruição que paira como ameaça sempre presente, parece inviabilizar a possibilidade do futuro. Resta, apenas, a vivência repetida do “agora”, a busca desenfreada do momento atual.

Para Hobsbawm, a destruição do passado é um dos fenômenos mais terríveis do século XX, fenômeno que diz respeito ao desaparecimento de mecanismos sociais que possam vincular nossa experiência pessoal à das gerações passadas. Ao mesmo tempo, diz ele, parece que os jovens contemporâneos vivem numa espécie de presente contínuo.⁹ Aliás, essa é uma característica da so-

cidade contemporânea: a necessidade de viver para o momento, “viver para si, não para os que virão a seguir, ou para a posteridade”, que tem a ver com uma busca intensificada do prazer e com o relacionamento existente entre as pessoas.¹⁰

Outra forma de indicar o aumento da percepção da dimensão do presente expressa-se na idéia de que “a categoria temporal do futuro é suprimida e substituída pela do presente prolongado”, um presente ampliado, que passa a absorvê-lo. (Novotny, 1992: 49, 6) Problemas que, antigamente, podiam ser remetidos a um tempo futuro penetram o presente, impõem soluções que poderiam esperar o amanhã, mas exigem ser tratadas hoje mesmo. Dessa forma, o futuro não mais oferece o campo livre para a projeção dos desejos, esperanças e crenças, cada vez mais obscurecido pelas questões do momento, criando uma dinâmica própria do presente, que se torna seu próprio centro. (Novotny, 1992: 48)

Eis aqui, portanto, o problema: o nosso seria um tempo de dissolução dos elementos que, há pelo menos três séculos, têm constituído a base temporal para a compreensão dos processos sociais. Sem dúvida, essa constatação sugere estar em curso uma assustadora re-significação do tempo, caracterizada por uma crescente desvalorização cultural do passado, uma progressiva perda de perspectiva e de esperança em relação ao futuro, e uma acentuação exasperada da vivência de um presente, preenchido exaustivamente. Por sua vez, o presente, referindo-se ao “agora”, sem conexão com o que foi e com o que está por vir, acaba, rigorosamente, por não ter existência; tornando-se apenas um instante, fugaz e fluido.¹¹

Portanto, não haveria mais passado ou futuro, e, considerando que um tempo unidimensional não pode, a rigor, receber essa

⁸ Discussão semelhante é desenvolvida por Novotny: Diz ela: “(...) Entretanto, o processo de ‘destruição criativa’ permanente (...) acaba por colocar um outro problema de civilização: a obsolescência, o envelhecimento tecnológico, a produção de resíduos. O passado não tem mais a capacidade de acolhê-la tão rapidamente. A criação perpétua de novidades faz necessariamente crescer a quantidade do que deve ser posto de lado.” No original: “(...) Toutefois, le processus de ‘destruction créatrice’ permanente (...) finit par poser un autre problème de civilisation: l’obsolescence, le vieillissement technologique, la production de déchets. Le passé n’a pas la capacité d’en accueillir si vite autant. La création perpétuelle de nouveautés fait nécessairement croître la quantité de ce qui doit être mis au rebut. (...)” Cf. H. Novotny, op. cit., p. 6.

⁹ Hobsbawm, op. cit., p.13.

¹⁰ Cf. de Christopher LASCH, *A Cultura do Narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983, p. 25. Traduzido do original em inglês *The Culture of Narcissism*, USA, 1979.

¹¹ Entre outras afirmações, LASCH salienta que, para o “homem psicológico” do século XX, coexistem a negação do passado e a dificuldade de enfrentamento do futuro, o que acaba acarretando a perda do significado do próprio presente. Cf. *A Cultura do Narcisismo*, op. cit.

qualificação, tampouco se poderia falar em presente. Nessa situação, tem sido sugerido que atingimos um momento de “fim da História”, em que está ameaçada a própria sobrevivência da sociedade, da forma que aprendemos a percebê-la.

Dessa forma fala-se, hoje, na “falência” da perspectiva do futuro, sentimento disseminado que estaria na raiz do desencantamento e da desesperança que caracteriza(ria)m não só a vivência das novas gerações mas contaminam a totalidade da vida contemporânea. Diferentemente do tempo das sociedades tradicionais, centrado sobre o passado, ou das sociedades modernas, orientadas para o futuro, atualmente, o presente é (seria) cada vez mais privilegiado.

Aliás, citando-o ainda uma vez, para Hobsbawm, a mudança mais perturbadora que ocorreu neste século XX foi a desintegração dos velhos padrões de relacionamento humano e, com ela, a quebra dos elos entre gerações, entre passado e presente.¹² Essa questão já havia sido tratada anteriormente, entre outros, por Castoriadis, que lembra a necessidade do restabelecimento desses vínculos, a fim de que não naufraguem os valores da civilização, não se instale a barbárie nas relações humanas e possa ser superada a crise no processo de identificação, que se manifesta atualmente.¹³

Certamente, as alterações que se processam nas formas de produção da vida, por um lado, e na percepção e vivência da temporalidade, bem como na dimensão temporal que é valorizada, por outro, repercutem no processo de constituição dos indivíduos do nosso tempo, na própria maneira como se vêm e (não) vêm os outros, com os quais compartilham o mesmo sentido de tempo.

Individualidade e Ordem Social

Com a perda do lugar central que, no advento da sociedade moderna, era atribuído ao trabalho, situação provocada pelo de-

envolvimento tecnológico, que concorreu para uma alteração profunda na estrutura e na organização da atividade produtiva e nas formas de recrutamento dos trabalhadores, não apenas os modos de apreensão do tempo sofreram modificações consideráveis. Percebe-se, também, um movimento de alteração substancial nas maneiras pelas quais o processo de socialização se realiza, nas formas de vivência da sociabilidade, nos modos de percepção e de construção da individualidade.

Refletindo sobre o momento presente, e referindo-se à ambigüidade introduzida pela coexistência do processo de deslocamento do trabalho, que antes ocupava um lugar central, para uma posição menos determinante, e a intensificação do progresso tecnológico, uma interpretação interessante é apresentada por Beck. Afirma que “*assim como a modernização dissolveu, no século XIX, a estrutura da sociedade feudal e produziu a sociedade industrial, a modernização, hoje, está dissolvendo a sociedade industrial e uma outra modernidade está emergindo*”.¹⁴

A modernização da modernidade ou, como esse autor a nomeia, a modernização da sociedade industrial é uma modernização reflexiva, ruptura no interior da própria modernidade -como já foi dito acima-, que a está livrando dos contornos da sociedade industrial clássica e forjando uma nova forma: a (industrial) “sociedade do/de risco” (*risk society*), porque, junto à crescente capacidade de opções técnicas, apresenta um crescimento da imprevisibilidade e incalculabilidade de suas conseqüências. Assim, “*risco pode ser definido como uma forma sistemática de lidar com os perigos e inseguranças, induzidos e introduzidos pela própria modernização*”, à medida que as conseqüências desconhecidas e inesperadas tornam-se uma força dominante na história e

¹² Eric HOBSBAWM, op. cit., p. 24.

¹³ Cf. Cornelius CASTORIADIS. *La crise du processus identificatoire*. Connexions 55, La malaise dans l'identification. Toulouse: Ed. Erès, 1990-1.

¹⁴ Cf., de Ulrich BECK, *Risk Society: Towards a New Modernity*; London: SAGE Publications, 1992, p. 9-34.

na sociedade.¹⁵ Nessa forma de sociedade, os riscos deixam de ser pessoais para se transformarem em perigos globais que ameaçam toda a humanidade, como a fissão nuclear ou o estoque de lixo radiativo. (Beck, 1992:9-34)

Esse autor aponta, pelo menos, duas conseqüências que interessam a esta discussão. Primeiro, mostra a transformação crucial em curso na própria noção de tempo. Por um lado, em concordância com autores citados anteriormente, afirma que, na sociedade de/do risco, o passado perde o poder de determinar o presente. Por outro lado, acentua que a consciência do risco repousa não no presente, mas no futuro: em conseqüência, é necessário projetar o que virá depois a fim de determinar e organizar (agora) as ações presentes. Este segundo ponto deve ser enfatizado: para prevenir riscos, o futuro deve ser antecipado, de forma a gerar, no presente, ações preventivas. Dessa forma, mesmo considerando que o futuro aparece como dimensão importante, tanto para a sociedade moderna quanto para a sociedade de/do risco, nesta, o presente é o tempo acentuado, diferentemente da perspectiva moderna em que o futuro a ser construído aparecia como a dimensão temporal forte.¹⁶

¹⁵ "Risk may be defined as a systematic way of dealing with hazards and insecurities induced and introduced by modernization itself." Idem, p. 21. Scott LASH e Bryan WYNNE lembram que "Risks are defined as the probabilities of physical harm due to given technological or other processes.", mas que, entretanto, como é apontado por sociólogos e antropólogos, a) em sistemas sociais, os riscos físicos são sempre criados e efetivados por organizações e instituições que, supostamente, manejariam e controlariam as atividades de risco; b) a magnitude dos riscos físicos é função direta da qualidade das relações e processos sociais; c) em conseqüência, mesmo para as atividades de alta intensidade tecnológica, o principal risco é o da dependência social a instituições e atores que podem ser alheios, obscuros e inacessíveis, para a maior parte das pessoas afetadas pelos riscos em questão. Idem, *ibidem*, p.4.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.34. Também Giddens discute essa questão quando afirma que, na modernidade, "o universo dos eventos futuros está aberto para ser moldado pela intervenção humana"; processa-se uma "colonização do futuro". A. Giddens, **Modernity and self-identity: self and society in the late modern age**. Stanford: Stanford University Press, 1991, p. 109 e 111.

Depois, é necessário lembrar que um dos traços marcantes da relação entre indivíduo e tempo, característica da modernidade, era a possível construção do traçado da própria vida pelos indivíduos. Tratava-se, pois, da afirmação bem sucedida de suas próprias capacidades, implicando que seu futuro podia ser, pelo menos em parte, escolhido livremente, com a ênfase incidindo sobre a **escolha livre**. Essa forma de conceber a trajetória individual afastava a crença -atual desde a antiguidade até o Renascimento-, em um destino inexorável, irrevogável e imutável que, mesmo conhecido previamente, não podia ser evitado, o que exigia das pessoas, para serem bem sucedidas, que atuassem de modo adequado, conformando-se a (e com) ele.¹⁷ A sociedade de/do risco traz de volta a idéia do destino, ainda que de forma não idêntica. "Agora, na civilização desenvolvida, existe uma espécie de destino de risco, no interior do qual se nasce, do qual não se pode escapar, com a 'pequena diferença' (que tem um grande efeito) que estamos todos igualmente confrontados com ele."¹⁸

Como é possível avaliar, essa modernização reflexiva -da mesma forma que ocorreu com a modernização clássica- implica a racionalização tecnológica e mudanças na organização da sociedade e do trabalho, mas inclui muito mais além disso, alterando as características da sociedade, as biografias das pessoas, introduzindo mudanças no estilo de vida e nas formas de amor, modificando as estruturas de poder e de influência, atuando nas formas de repressão e de participação políticas, influenciando nas visões de realidade e nas normas de conhecimento (Beck, 1992: 50).

Não se pode esquecer, os indivíduos são constituídos pela sociedade onde se inserem.

¹⁷ Cf. A. HELLER, **O Homem do Renascimento**, op. cit. Cap. XI: *Fado, Destino, Fortuna* (:293-298); M. H. OLIVA-AUGUSTO, op. cit.

¹⁸ "Now there exists a kind of risk fate in developed civilization, into which one is born, which one cannot escape with any amount of achievement, with the 'small difference' (that is the one with the big effect) that we are all confronted similarly by that fate." Cf. U. BECK, **Risk Society**, op. cit., p. 41, grifos no original.

A importância desse vínculo é ressaltada na teoria social pela indicação de que a sociedade “fabrica” aqueles que dela participam conformes às significações que a caracterizam dando-lhe -e a eles- uma identidade. Se as mudanças operadas na/pela sociedade de/ do risco são tão profundas, como essa análise sugere, isso significa que se modificaram, por esse processo, não somente a compreensão do mundo e da vida, mas os próprios conteúdos que qualificam o que é ser humano.

Beck refere-se a um processo de transformação social que estaria em curso no interior mesmo da modernidade, do qual seríamos testemunhas oculares, em que as pessoas seriam libertadas das formas sociais da sociedade industrial e sofreriam novos tipos de conformação, adequados ao que denomina reflexividade da sociedade de risco.¹⁹ Para ele, as formas tradicionais de atribuição de identidade, vinculadas à posição de classe, à família, à situação de gênero, ao casamento, ao parentesco ou à ocupação perdem sua força, substituídas por *padrões biográficos institucionais*.

Formas e condições de existência individualizadas são a tendência dominante -estaria ocorrendo um surto social de individualização-, o que compele as pessoas -para que possam sobreviver- a fazerem de si mesmas o centro do seu planejamento e conduta de vida, escolhendo e mudando sua identidade social, assim como correndo o risco envolvido nesse procedimento. Individualização passa então a significar variação e diferenciação de estilos e formas de vida.²⁰

Esse autor sugere também que, no momento atual, se alteraram as formas através das quais se realiza o processo de individualização. Num modelo genérico, o conceito de individualização possui uma tríplice dimensão, que se manifesta a) pela remoção das formas e compromissos sociais prescri-

tos pelo contextos tradicionais de domínio e proteção (a ‘dimensão liberadora’); b) pela perda da segurança tradicional relativa ao conhecimento prático, à fé e às normas orientadoras (a ‘dimensão do desencantamento’) e c) -aqui o significado da palavra transforma-se virtualmente em seu contrário- por um novo tipo de compromisso social (a ‘dimensão do controle’ ou ‘dimensão da reintegração’).(Beck, 1992:128).²¹

Haveria uma contradição inerente ao processo de individualização, que pode ter desembocado, na modernidade avançada, em **um novo modo de societalização** (*societalization*), um tipo de alteração categórica na relação entre indivíduo e sociedade. Essa contradição pode ser percebida pela discussão do que o autor apresenta como “o maior equívoco conectado com a palavra *individualização*”. Com frequência, sinonimizam-se os termos individualização e individuação, este último querendo denotar personalização, unicidade/ singularidade, emancipação. Essa identificação pode ser correta, mas também o seu contrário pode ocorrer, isto é, o processo de individualização pode significar não o aumento do domínio de sua vida pelos indivíduos, mas sua perda (quase) completa.²²

O lugar dos laços tradicionais e das formas sociais (classe social, família nuclear) é, então, tomado por agências e instituições secundárias, que marcam a biografia do indivíduo e fazem-no dependente de modas, políticas sociais, ciclos econômicos e mercados, o que contraria a imagem de um controle individual conscientemente estabelecido. Assim, a individualização submete as pessoas a um **controle externo** e a um grau de **standardização** desconhecidos anteriormente. Colocando uma imagem que traduz o seu pensamento a respeito, Beck diz que, desse modo, “*individualização signifi-*

¹⁹ Idem, Part II: *The Individualization of Social Inequality: Life Forms and the Demise of Tradition* (p. 86-150).

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 87-88.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 128.

²² Idem, *Ibidem*, p. 127-131.

ca, precisamente, **institucionalização**, modelagem institucional e, conseqüentemente, **habilidade para estruturar politicamente biografias e situações de vida**". Afirma, também, que a vida social é, hoje, cada vez mais, "a existência coletiva estandardizada de uma massa de eremitas isolados".²³

Presentemente, tem sido com freqüência questionada a possibilidade da existência de pessoas que possuam as qualidades e características louvadas pelo discurso moderno, em seus primórdios, indivíduos capazes de serem livres para alcançarem um grau mais alto de verdade, condição que traduz o ideal ocidental do que significava ser humano. Em outras palavras, cada vez mais, tem-se duvidado que seja factível, em nosso tempo, a emergência de seres humanos racionais, livres e iguais, nos quais se tenham desenvolvido, de maneira equilibrada, os sentidos de alteridade e de pertença. Pessoas que sejam orientadas para o futuro, capazes de, através de atos voluntários, sacrificarem a satisfação imediata de seus desejos, em nome da segurança e da preservação -material e moral- da própria existência.²⁴

No mesmo momento em que o valor "realização de si" emerge como um dos pontos principais de manifestação da individualidade, acentuam-se as contradições inerentes ao processo de individualização contemporâneo. Este tem lugar num processo societário que torna a autonomização individual crescentemente impossível. Discutir como essa situação paradoxal se realiza é o que se pretende fazer na próxima sessão.

Tempo, individualidade e ordem social

O indivíduo, na modernidade, era percebido por sua habilidade em utilizar a experiência do passado para conhecer o presente e, dessa forma, poder antecipar racionalmente uma sociedade alternativa futura, atra-

vés de um projeto transformador. A possibilidade de construção desse futuro explicitava a racionalidade humana e era o cerne da manifestação da individualidade. Esta, considerando cada pessoa, caracterizava-se pela capacidade de pensar e de agir autonomamente, pela capacidade de dar início ao novo, pela capacidade de previsão e provisão do próprio futuro e daqueles que eram próximos, tendo um horizonte que ultrapassava, de longe, a expectativa de vida de alguém, tomado isoladamente.

Horkheimer já havia mostrado, ainda durante o período da II Grande Guerra, que as possibilidades de planejar o futuro tornavam-se cada vez mais difíceis. Para ele, "*O indivíduo contemporâneo pode[ria] ter mais oportunidades do que seus ancestrais, mas suas perspectivas concretas têm prazo cada vez mais curtos. O futuro não entra rigorosamente em suas transações.*"²⁵

Se, em meados dos anos 40, essa dificuldade já se manifestava, no final deste século, a situação torna-se incomparavelmente mais complexa. De um lado, como atestado de alteração da forma de percepção do tempo, é difícil, contemporaneamente, visualizar um futuro factível, não há perspectivas, circunstância vivenciada como ameaça de derrota diante da sensação do retorno de um destino irrevogável, contra o qual não há como se opor.

Além dessa, uma outra questão está presente, ligada à crescente dificuldade que as pessoas têm de valorizar o tempo disponível como aquele em que se torna possível a realização de expectativas, a fruição do que se almeja, a expressão de si naquilo que é feito.

Explico-me. O indivíduo se efetiva, ao lado da identidade genérica derivada do fato de ser membro da espécie humana, pelo talento e possibilidade que demonstra de cultivar, em si, aquelas qualidades que o tornam único e singular. Traço valorizado a partir do século XIX, o empenho das pessoas na realização de seu projeto, fosse esse

²³ Idem, *Ibidem*, p. 131-132. "*Individualization thus means precisely institutionalization, institutional shaping and, hence the ability to structure biographies and life situations politically*", "*the standardized collective existence of isolated mass hermits*".

²⁴ Cf. Max HORKHEIMER, *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976. Traduzido do original em inglês *Eclipse of Reason*. New York: Oxford University Press, 1974.

²⁵ Cf. Max Horkheimer, *Eclipse da razão*, op. cit., p. 151.

da ordem da ascensão social, da manifestação artística ou de desenvolvimento intelectual, ou seja, sua capacidade de dedicação exaustiva ao trabalho, à obra e/ou ao estudo, era manifestação de sua qualidade/qualificação efetivamente humana.

Atingia o *status* de indivíduo, na acepção forte do termo, aquela pessoa capaz de constituir a si mesma enquanto obra, aplicando-se cotidiana e continuamente ao cultivo daqueles traços que a distinguissem das outras, sem qualquer equívoco. Tarefa, ao mesmo tempo, estressante e dignificadora, que imprimia um sentido à vida de cada um, comportando busca consciente, planejamento deliberado e liberdade de escolha.

Ainda uma vez, certamente as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, alteram a importância do tempo a ele dedicado, e contribuem para modificar o próprio processo de constituição dos indivíduos, em alguns casos condicionam -e muitas vezes determinam- as situações que envolvem o aproveitamento do tempo livre.

No nascimento da sociedade moderna, trabalhar era sinônimo de disciplina, dignidade, auto-estima, bem-estar, progresso, conquista de autonomia.²⁶ Sucesso ou fracasso dependiam do tipo de trabalho exercido e da atitude de cada um diante dele. De qualquer modo, a possibilidade de trabalhar estava aberta para todos os que se dispunham a conquistar seu lugar no mundo, (bem) utilizando suas capacidades e habilidades.

O que ocorre hoje é que, cada vez mais intensamente, cresce o número de pessoas que, embora procurando trabalhar, não conseguem colocação e não contam com qualquer outra forma de sobrevivência. Assim, ainda que, objetivamente, haja condições para que disponham de mais tempo livre e possam preenchê-lo de forma mais indepen-

dente, o que ocorre é o aumento do número daqueles que, ao invés de *tempo livre*, vivem um *tempo sem ocupação* e, portanto, sentem-se pressionados pela condição do não-trabalho.

Neste momento, em que, pelo desenvolvimento tecnológico e pelo aumento da produtividade do trabalho, se apresenta a possibilidade efetiva de maior disposição de tempo livre, manifesta-se, em muitos casos, uma contradição: as pessoas já não sabem como (ou não podem) utilizá-lo de forma adequada. Ocorre um impasse: aumenta o número e a qualidade dos instrumentos que poderiam tornar possível uma vivência mais rica e menos trabalhosa, ao mesmo tempo que diminui a habilidade ou ampliam-se os obstáculos para implementá-la.

A forma de utilizar o tempo livre que, no passado, dizia respeito ao desenvolvimento de atividades prazerosas e significativas -fossem vinculadas ao trabalho, ao estudo, à arte ou ao artesanato- parece não mais preencher as expectativas das pessoas. Aparentemente, também o tempo livre parece, agora, vinculado à dimensão do consumo.

Duas pesquisas distintas, trabalhando com temas diferentes, exemplificam essa afirmação: a primeira discute as alterações das formas do trabalho, na sociedade contemporânea, comparando percepções e perspectivas de trabalhadores jovens e maduros; a segunda analisa o lazer da juventude paulistana.²⁷ Ambas demonstram que, presentemente, tanto para os jovens trabalhadores como para os jovens oriundos das camadas médias, não é aceito que o tempo livre disponível seja preenchido por procedimentos que possam ser categorizados como atividades produtivas.

No caso dos jovens de camadas médias, *“o tempo do estudo e o tempo de trabalho se opõem ao tempo de lazer. Por mais que este-*

²⁶ Para fazer as observações seguintes, recorro a alguns elementos da discussão desenvolvida por uma orientanda, em seu trabalho de doutorado. Cf., de Suzanna Sochaczewski EVELYN, *A produção da vida. Estudo do papel e lugar do trabalho na vida contemporânea*. Tese de doutorado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH-USP, 1998, (mimeo).

²⁷ Cf. Suzanna Sochaczewski EVELYN, *A produção da vida. Estudo do papel e lugar do trabalho na vida contemporânea*, op. cit., e Melissa de Mattos PIMENTA, *Dos embalos de sábado à noite à reggae night. Um panorama sociológico dos night clubs em São Paulo*. Relatório final de bolsa de Iniciação Científica, encaminhado à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, 1998, (mimeo).

jam estudando na área que escolheram, (...) cursar a faculdade não é referida como uma atividade prazerosa, e sim como uma obrigação, que provoca pressão, tensão e stress.”²⁸ Ao mesmo tempo, no caso dos jovens trabalhadores, “rejeita-se o que se parece com o trabalho ou aquilo que é obrigação, como os compromissos de família, mas não há vontade ou disponibilidade para algo diferente”.²⁹ Paradoxalmente, em ambos os casos, as atividades praticadas são encaradas como se não contribuíssem para a construção da própria vida, para a constituição de si; antes, mesmo sendo, aparentemente, resultado de “livre escolha”, parecem externas, estéreis e vazias de sentido, aos agentes que as exercem.

Um outro elemento a destacar é que, contraditoriamente, ao lado de acentuarem a urgência de gozar o tempo presente e indicarem a necessidade de consumi-lo exaustivamente como se fosse o único tempo disponível (desse modo sugerindo descrença quanto à possibilidade de um futuro suceder esse presente), tanto os jovens trabalhadores quanto os jovens de classe média anunciam, abstratamente e expressando um “*wishful thinking*”, um futuro promissor para si próprios, como se o “hoje” e o “amanhã” não tivessem conexão, como se não houvesse um vínculo causal entre eles.³⁰

É, assim, possível identificar mudanças qualitativas na auto-concepção dos indivíduos, vinculadas à forma como percebem e vivem o seu tempo, relativas ao modo como (não) se responsabilizam pela construção de sua trajetória. Entretanto, ao concordar com a concepção que pensa o momento social em que vivemos como expressão da reflexivida-

de da própria sociedade moderna, como é sugerido por alguns autores,³¹ torna-se difícil admitir que uma nova estruturação do social, sustentada, por exemplo, pelo tempo de lazer, esteja em processo de constituição.

Tempo, individualidade, ordem social. Aparentemente, dizendo respeito a processos ultrapassados, são noções que, supõe-se, já não possibilitam compreender o momento histórico que vivemos e, em consequência, interferir sobre as condições que o constituem. Entretanto, mesmo reconhecendo que as mudanças em curso não permitem que a apreensão das situações se processe da mesma forma como se dava anteriormente, em noções mais ou menos cristalizadas, é imensa a dificuldade de projeção de um nova percepção do tempo, de uma nova estruturação da ordem social, de uma nova noção de indivíduo.

Sem dúvida, o momento em curso é crucial. Entretanto, o que talvez deva ser acentuado é que, diferentemente do que, no passado, era anunciado como condição generalizável, hoje, o processo de individualização/individuação está restrito àqueles(as) poucos(as) capazes de sucesso na criação de suas personalidades, de atribuir significado e dignidade às suas vidas.

Diante das questões suscitadas pelas considerações acima, as palavras de Brubaker, a propósito da visão moral de Max Weber, podem ser utilizadas para concluir esta exposição: “No centro (...) [da profunda transformação da vida social contemporânea, de seus valores e significados,] não está um novo tipo de sociedade, mas um novo tipo de indivíduo, que não cultiva nem a nostalgia de um passado dourado, nem a esperança por um futuro redentor, mas que, possuindo uma ‘inflexibilidade treinada para enxergar as realidades da vida’, está apto para responder ‘às demandas do dia.’”³²

²⁸ PIMENTA, Dos embalos de sábado à noite à reggae night. Um panorama sociológico dos night clubs em São Paulo, op. cit., p. 70.

²⁹ Cf. EVELYN, A produção da vida. Estudo do papel e lugar do trabalho na vida contemporânea, op. cit., p. 111.

³⁰ Interessante é constatar que pesquisa desenvolvida com jovens europeus expõe esse mesmo tipo de comportamento, no que diz respeito ao privilégio do presente e à abstração do futuro. Cf. José Machado Pais. *Consciência Histórica e Identidade Nacional. Os jovens portugueses num contexto europeu*. Lisboa, 1998.

³¹ É essa a posição de, entre outros, Beck, op. cit. e Giddens, op. cit.

³² Cf. Rogers BRUBAKER, *The Limits of Rationality. An Essay on the Social and Moral Thought of Max Weber*. London: Routledge, 1991, p. 112. O autor cita passagens da obra de Weber, editada por H.H. Gerth e Mills, C. Wright Mills, 1958.

Bibliografia

- BECK, Ulrich (1992): *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage.
- BRUBAKER, Rogers: *The Limits of Rationality. an Essay on the Social and Moral Thought of Max Weber*. London: Routledge, 1991.
- CASTORIADIS, Cornelius: *La crise du processus identificatoire. Connexions 55, La malaise dans l'identification*. Toulouse: Ed. Erès, 1990-1.
- EVELYN, Suzanna Sochaczewski: *A produção da vida. Estudo do papel e lugar do trabalho na vida contemporânea*. Tese de doutorado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH-USP, 1998, (mimeo).
- GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (ed.): *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: A Galaxy Book, 1958.
- GIDDENS, A.: **Modernity and self-identity: self and society in the late modern age**. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- HELLER, Agnes: *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- HOBBSAWM, Eric: *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Traduzido do original *Age of extremes: the short twentieth century: 1914/1991*, publicado pela Pantheon Books, em 1994.
- HORKHEIMER, Max: *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976. Traduzido do original em inglês *Eclipse of Reason*. New York: Oxford University Press, 1974.
- LASCH, Christopher: *A Cultura do Narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983. Traduzido do original em inglês *The Culture of Narcissism*, USA, 1979.
- MARX, K. e ENGELS, F.: *A Ideologia Alemã [I - Feuerbach]*. São Paulo: Grijalbo, 1977. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira.
- NOVOTNY, Helga: *Le temps à soi: genèse et structuration d'un sentiment du temps*. Paris: Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1992.
- OFFE, Claus: *Trabalho, a categoria-chave da Sociologia?*, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais/RBCS*, N° 10, vol. 4 (:5-20), Rio de Janeiro: ANPOCS, junho de 1989. Publicado, em inglês, em *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of works and politics*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena: *O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte*. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, S. Paulo. 6 (1-2): 91-105, 1994 (editado em jun. 1995).
- PAIS, José Machado: *Consciência Histórica e Identidade Nacional. Os jovens portugueses num contexto europeu*. Lisboa, 1998 (no prelo).
- PIMENTA, Melissa de Mattos: *Dos embalos de sábado à noite à reggae night. Um panorama sociológico dos night clubs em São Paulo*. Relatório final de bolsa de Iniciação Científica, encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, 1998, (mimeo).
- SUE, Roger: *Temps et Ordre Social*. Paris: PUF, 1994.

Resumo

A questão que se propõe discutir, nesta comunicação, diz respeito às transformações em curso na sociabilidade contemporânea referentes à mudança que se verifica na apreensão social do tempo e da(s) temporalidade(s), decorrente da alteração do lugar ocupado pelo trabalho.

Deseja-se considerar como a modificação da importância do trabalho, nos valores e significados hoje vigentes, e a mudança que se verifica na percepção do tempo trazem alterações significativas às formas de sociabilidade, à maneira com que as pessoas avaliam umas às outras, a si próprias e às relações que mantêm, incidindo, finalmente, sobre a própria ordem social que, para alguns, já não é estruturada da forma que vigia na emergência da modernidade. Supõe-se que as modificações que se processam na forma de apreensão do tempo são decorrentes, em grande medida, da perda do estatuto central da atividade produtiva, uma vez que o tempo de trabalho, antes hegemônico, está deixando de sê-lo - ou, pelo menos, vê minimizada essa posição.